

Apontamentos sobre o conflito e os movimentos sociais no Chile

Fernando de la Cuadra

Pesquisador do LEV e da Rupal

Este artigo reflete sobre as diversas expressões adquiridas pelos os conflitos sociais e pela violência política no Chile democrático durante os sucessivos governos da Concertación de Partidos por la Democracia, assim como durante a atual administração do pacto de centro-direita, liderada pelo presidente Sebastián Piñera. Os problemas sociais e a desigualdade na distribuição da renda têm estimulado protestos e mobilizações de diferentes setores e organizações sociais, laborais, ambientalistas e dos povos originários, aprofundando os antagonismos e a violência política entre esses atores e os governos. Esses conflitos refletem a relação contraditória entre a sociedade civil e o Estado chilenos.

Palavras-chave: conflito social, movimentos sociais, partidos políticos, democracia, governabilidade

The article **Notes on Conflict and Social Movements in Chile** reflects on the ways in which social conflicts and political violence in democratic Chile have been expressed during successive governments of the Concertación de Partidos por la Democracia, as well as during the current administration of the center-right pact, led by President Sebastián Piñera. Social problems and income distribution inequalities have spurred protests and mobilizations in different sectors and social, worker and environmental organizations and among the native population, deepening antagonisms and political violence between these actors and the governments. Such conflicts reflect the contradictory relationship between civil society and the Chilean State.

Keywords: social conflicts, social movements, political parties, democracy, governability

As principais formas e expressões do conflito social no Chile

Recebido em: 19/03/2012

Aprovado em: 20/06/2013

Os conflitos sociais, políticos, econômicos e ambientais surgidos desde a redemocratização do Chile são parte de uma extensa gama de tensões entre a sociedade e o Estado¹ que, para fins analíticos, podem ser discriminados ou subdivididos utilizando-se como parâmetro divisório aquele aspecto central sob o qual se articula a ação reivindicativa de diversos grupos. Nesse sentido, pode-se construir uma tipologia básica com respeito às principais dimensões conformadoras do universo dos protestos desse último período. Para esse efeito, consideramos:

a) Conflitos de caráter setorial: aqueles vinculados aos diversos âmbitos de atividade social setorial, como educação, saúde, habitação e equipamento urbano, previdência, transporte. No campo da educação, destacam-se intensamente os conflitos com estudantes universitários e secundá-

1 Considerando o “mapa do confronto político” elaborado por McAdam, Tarrow e Tilly (2009), podemos notar que nosso estudo se enquadra naquilo que os autores caracterizam como uma análise de políticas orientadas para o Estado.

rios e com professores dos ensinos fundamental e médio. Na saúde, as principais mobilizações têm sido convocadas pelos médicos e paramédicos do setor público por meio da Confederação de Trabalhadores da Saúde Municipal (Confusam). No segmento da habitação, destacam-se os conflitos produzidos pelos Devedores de Hipotecas e pelo Movimento dos Sem-Teto. No setor de transporte, os protestos mais significativos foram provocados pela implementação do Plano de Transporte Metropolitano de Santiago (Transantiago).

b) Conflitos trabalhistas: greves, paralisações, passeatas e mobilizações de sindicatos, associações gremiais (Associação Nacional de Servidores Públicos), federações e confederações de trabalhadores da atividade mineira, industrial, construção civil, agrícola, pecuária, florestal, pesqueira; de serviços bancários e financeiros, comércio e turismo (bancos, supermercados, shopping centers e lojas, restaurantes, hotéis etc.).

c) Conflitos com povos originários: lutas pela recuperação dos territórios dos quais foram despojados e por maior autonomia das comunidades, povos originários e etnias do Chile, enfrentamentos especialmente violentos no caso das comunidades Mapuche.

d) Conflitos socioambientais: conflitos pelo uso do patrimônio natural e pelas concessões entregues pelo Estado à exploração dos recursos naturais por parte de empresas privadas. A lista é bastante extensa, mas podem ser destacados aqueles casos mais emblemáticos de destruição do patrimônio natural e ambiental: a construção da Central Hidroelétrica Ralco; a exploração de bosque nativo pelas empresas florestais; a contaminação do Rio Cisnes pela indústria de celulose Celco; o megaprojeto Pascua-Lama, que implica a destruição de um glacial; o projeto Florestal Trillium; o projeto Alumysa, que contamina as águas com dejetos tóxicos; as empresas de aquicultura (salmão e trutas), que contaminam rios e lagos com resíduos líquidos e antibióticos; ou os inumeráveis projetos de extração de áridos e aterros sanitários².

Nesse âmbito de conflitos, vale destacar que, desde que Sebastián Piñera assumiu o governo, as expressões de descontentamento têm adquirido uma crescente força e persistência em vastos setores da cidadania. As causas dessa insatisfação são variadas e muitas delas – que já se haviam apresentado nos consecutivos governos da Concertación – representam

2 Devemos esclarecer que essas distinções são de caráter analítico, já que evidentemente as diversas expressões dos conflitos se encontram, na realidade, intimamente imbricadas umas com outras. Como toda tipologia, esta também possui um caráter heurístico e, portanto, pode-se incorrer em alguma arbitrariedade, seja pela inclusão de um conflito em uma determinada categoria seja pelo fato de existirem dimensões transversais a mais de uma delas (por exemplo, conflitos setoriais podem ter um importante componente laboral ou um étnico pode implicar uma disputa pelo uso dos recursos naturais e a percepção ou cosmovisão de determinada comunidade com relação à utilização do território e suas riquezas, quer dizer, em que este assume a forma de um conflito socioambiental). Uma análise mais detalhada dessa constelação de conflitos sociais foi realizada em trabalhos anteriores (DE LA CUADRA, 2002, 2007, 2008, 2010).

o ponto de saturação de frustrações acumuladas há bastante tempo. Efetivamente, desde que o país retornou ao regime democrático, em 1990, as esperanças de um país mais justo e inclusivo, incubadas no transcorrer de todo o período ditatorial, viriam a transformar-se em uma tarefa permanentemente adiada durante os 20 anos no poder dos quatro governos “concertacionistas”. Nesse contexto, surgiu uma subjetividade geradora de um aumento significativo de desconforto sem maior correlato nas expressões políticas da frustração, e segundo a qual os problemas e a sensação de mal-estar ficaram restritos ao espaço privado e a um nível individual³.

Depois de duas décadas de administração da coalizão de partidos democráticos – cujo ciclo terminou com o mandato da presidenta Michelle Bachelet – uma porção relevante da cidadania continua sustentando ainda existir um fardo inventário de dívidas remanescentes do regime militar, a saber: manutenção do sistema binominal e exclusão das minorias; administração do modelo neoliberal; privatizações; desregulação das atividades empresariais e das formas como opera o capital financeiro; flexibilização e precariedade laboral; sistema de pensões com capitalização individual; aplicação de um sistema tributário regressivo privilegiador das grandes fortunas em detrimento do conjunto dos contribuintes; endividamento generalizado; deficiência dos serviços educativos e de saúde e uma legislação ambiental insuficiente, incapaz de frear a ação predatória das empresas. Isso levou, entre outros efeitos, a uma crescente e clara crise de legitimidade, tanto do sistema de partidos e da classe política quanto do próprio regime político democrático representativo.

A esses crescentes cansaço e decepção somam-se muitas promessas descumpridas pelo atual mandatário, que em muitos âmbitos parece encarnar uma linha de continuidade com as administrações anteriores que tanto reprovava. A condição de empresário do presidente Piñera tem influenciado necessariamente no tipo de gestão realizada nesses anos. Como advertido por alguns analistas, talvez essa ausência de vocação de estadista, além do abandono de uma perspectiva do público em diferentes âmbitos, seja aquela marca pessoal que permeia o conjunto do seu mandato⁴, caracterizado como um governo de empresários: os dilemas produzidos pelos “conflitos de interesses” entre a vocação de

3 Alguns estudos produzidos nesse período abordam essa sensação de desconforto da população. Entre outros, destacam-se os trabalhos de Rojas (2008), Mayol e Azócar (2011) e Mira (2011).

4 Nesse aspecto específico, consultar Tironi (2011).

serviço público e a ambição pelo lucro têm-se apresentado em diversos momentos durante sua gestão. Dessa maneira, certo desprezo por tudo aquilo envolvendo o público se faz evidente também entre os ministros e membros da equipe do governo, que consideram o Estado como a máxima expressão da ineficiência e desperdício de recursos. Diferentemente do anterior, muitos membros do Executivo – formatados sob os preceitos do neoliberalismo – consideram que o bem-estar das pessoas é uma consequência direta do esforço e da iniciativa de cada um e não o resultado das políticas ou decisões públicas (SQUELLA, 2011).

Desse modo, à falta de preocupação pelos assuntos públicos, a carência de uma política de Estado em áreas como educação, saúde ou previdência social tem sido o núcleo principal dos questionamentos à gestão do presidente Piñera. Isso propiciou um amplo sentimento de rejeição por parte de estudantes, professores, funcionários da saúde, devedores hipotecários, servidores públicos, aposentados, consumidores, povos originários, ecologistas. Em resumo, da cidadania em geral⁵. De trabalhadores do cobre que se opõem à privatização dos recursos minerais até os estudantes secundários e universitários que exigem uma educação pública, gratuita e de qualidade, o país foi sacudido por dezenas de passeatas, marchas e protestos que, na origem, eram apenas mobilizações por demandas setoriais, mas que, em pouco tempo, se transformaram em um grande movimento nacional que questiona profundamente as bases do modelo econômico e social sobre o qual vem se instaurando o “milagre” chileno.

Incapaz de resolver tais exigências, o atual mandatário se manteve durante quase todo o seu período com baixos índices de credibilidade e popularidade, inclusive entre seus eleitores (LARRAIN, 2012). A conduta errática das autoridades vem oscilando em torno do diálogo e da desqualificação, sendo que o governo cada vez mais despreza o entendimento, tergiversando os fatos e assumindo em alguns embates uma posição de negação das responsabilidades perante os cidadãos. Noutros casos, assume diretamente um tom agressivo, aplicando o expediente da repressão como estratégia para encerrar o conflito⁶, fazendo posteriormente renovadas promessas de negociação e de procura de soluções.

5 Na última enquete realizada pelo Centro de Estudos da Realidade Contemporânea (Cerc), constata-se que o nível de aprovação do governo alcançou somente 22%, enquanto o índice de desaprovação elevou-se a 66%. Por sua vez, a falta de credibilidade no presidente Piñera chega a 83%, somados os que diretamente não acreditam (67%) e os que acreditam um pouco nele (16%).

6 O envio para aprovação no Congresso do projeto de Lei de Fortalecimento da Ordem Pública (Lei Hinzpeter) entrega fortes indícios de gestação de uma política de inteligência com maior controle e monitoramento sobre a população em geral e os movimentos sociais em particular. Além disso, a campanha de segurança pública está sendo utilizada também como pretexto para aumentar a vigilância e a espionagem sobre o conjunto dos cidadãos.

Um desses compromissos foi melhorar a qualidade do ensino, o que não tem ocorrido. Consequentemente, nos últimos três anos estouraram inúmeros protestos pela qualidade dos ensinos médio e superior, e centenas de colégios, institutos e universidades foram ocupados pelos estudantes. Em 2011, durante mais de seis meses, milhares de estudantes se dedicaram a marchar perseverantemente pelo centro de Santiago e das principais cidades do país, protestando contra a privatização e a mercantilização da educação no Chile. Em 2013, as mobilizações foram constantes, com passeatas, ocupações de universidades e colégios, comícios em lugares públicos etc. Paralelamente às mobilizações, os estudantes prepararam uma pauta de reivindicações única congregando os interesses do movimento estudantil em seu conjunto. Entre as principais demandas elaboradas pelos alunos destaca-se a criação de um sistema educacional público com gratuidade para todos, fundado em um marco democrático e pluralista, orientado à produção de conhecimento para um desenvolvimento integral e igualitário e para atender às necessidades do povo chileno, em toda sua diversidade e multiculturalidade. Esse modelo supõe a existência de uma educação pública gratuita e de qualidade, o fim do lucro das entidades educacionais privadas, o término da educação municipalizada, a realização de melhorias na infraestrutura dos estabelecimentos públicos do ensino fundamental e superior e, por último, mas não menos importante, a diminuição da segregação e as práticas discriminatórias por parte das instituições educacionais.

Para financiar esse sistema, os estudantes propõem algumas medidas sempre apresentadas no debate, mas até agora nunca efetivadas, como, por exemplo, a realização de uma reforma tributária de caráter progressivo, ou seja, que aumente proporcionalmente a tributação das grandes fortunas e das grandes empresas. Eles também sugerem a renacionalização de todas as minas de cobre, entregues ao capital privado imediatamente depois do golpe de Estado de 1973. Para aplicar tais políticas, o regime político binominal tem representado um obstáculo expressivo, portanto, os estudantes finalmente sustentam a necessidade de trocar esse sistema eleitoral por um que seja um reflexo mais fidedigno das escolhas dos eleitores.

As relações entre os movimentos sociais e os partidos políticos

Os movimentos sociais se definem, em sua acepção mais clássica, como um agente coletivo que intervém no processo de transformação social, tanto promovendo as mudanças como se opondo a elas, mas, em qualquer caso, possui um projeto em torno do qual converge a ação de seus membros. Os movimentos sociais tendem a caracterizar-se por seu elevado grau de pluralismo e diferenciação interna, ainda que essa multiplicidade finalmente se oriente para um objetivo comum. Touraine elaborou uma definição referencial de movimento social e para isso se apoiou em três princípios: a) o princípio de identidade, a definição dos atores por si mesmos, a quem representam; b) o princípio de oposição, a consideração da existência do outro contra quem lutam (adversário) ou da situação contra a qual lutam; c) o princípio de totalidade, em nome de que valores gerais o fazem (TOURAINÉ, 1974).

Os movimentos sociais possuem inegável importância, uma vez que representam os melhores canalizadores das demandas daqueles grupos que optam por expressar assim seu descontentamento com o *status quo*. Aqui eles também são portadores de um projeto de mudança social.

Um desdobramento desses princípios gerais tem se construído em torno da ideia do caráter mais conjuntural, instrumental ou reivindicativo do movimento social, perante uma visão voltada prioritariamente para uma perspectiva histórico-política. Esta última dimensão alguns autores denominam “historicidade”⁷, ou seja, aquela tendência que vai além da demanda concreta e que aponta para uma transformação global da sociedade ou de um âmbito substantivo dela. Dessa forma, poderíamos estabelecer uma diferenciação entre aqueles movimentos definidores de uma agenda mais restrita a reivindicações particularistas e aquele movimento social expressivo de uma problemática central de um período ou época e orientado em torno da construção de uma nova sociedade (GARRETÓN *et alii*, 2011).

Por sua vez, desde os acontecimentos de maio de 1968, atores até então invisíveis surgiram na cena dos protestos e das mobilizações, substituindo ou enriquecendo os movimentos sociais tradicionais (preferencialmente o movimento operário) para dar passo a renovadas configurações daquilo

7 O próprio Touraine pode ser considerado um precursor da perspectiva historicista, na medida em que parte importante de sua obra considera fundamental como as coletividades humanas se constituem como tal a partir dos conflitos e lutas que outorgam orientação e significação histórica à ação social no processo de produção e reprodução da sociedade.

que se conhece como os “novos movimentos sociais”⁸, vinculados a formas mais difusas e particularistas de interesses como, por exemplo, os grupos de gênero, minorias étnicas, minorias sexuais, movimentos antirracismo, ecologistas ou ambientalistas, antiglobalização, antimilitaristas etc.

Uma determinada corrente do pensamento avalia o surgimento dos movimentos sociais segundo a estrutura de oportunidades⁹ em um determinado sistema político, adquirindo às vezes formas repressivas ou, em outras ocasiões, agindo como facilitadores. Como sustentam alguns autores, essa estrutura se define segundo a interação recorrente entre os atores políticos e o governo, sendo ela condicionada por aspectos do regime político, tais como a multiplicidade de centros de poder independentes, a tolerância ao ingresso de novos atores, a instabilidade dos alinhamentos políticos, a existência de aliados influentes e a envergadura repressiva do regime (TILLY e TARROW, 2007). Da mesma forma, essas oportunidades ou limites podem ser características da estrutura do sistema (a estrutura institucional do Estado) ou elementos menos estáveis que influem no grau de abertura ou fechamento das estruturas mais formais. Como adverte Somuano (2007), enquanto os primeiros afetam a estratégia e as expectativas dos movimentos sociais no longo prazo, os segundos têm maior impacto nas estratégias e atividades mais imediatas.

Por sua vez, o caráter mais ou menos violento assumido pelos movimentos sociais diz respeito a sua confiança em sua própria ação. Se há confiança na estratégia, a tendência é que suas ações possuam um caráter não violento, pois por meio desse expediente o movimento conseguirá seus objetivos. Nesse tipo de ação, o grupo tentará forjar alianças de consciência ou de interesses com outras organizações e atores do sistema político, como os partidos (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009).

Nesse aspecto, abre-se um ponto de análise especialmente relevante, a definir um campo de oportunidades para os movimentos sociais a partir de seus vínculos com os partidos políticos. Embora alguns autores (PETRAS e VELTMEYER, 2005) considerem fundamental a manutenção de uma completa autonomia de tais movimentos na luta pela mudança social, pensamos que eles não necessariamente precisam permanecer em situação de total autonomia. Em muitas oportunidades eles podem formar importantes alianças com os par-

8 No entanto, é preciso salientar que esses “novos” movimentos não são necessariamente novos, pois efetivamente possuem uma existência remota, como, por exemplo, no caso do movimento feminista. Acontece que a presença de muitos deles adquiriu maior visualização somente a partir dos anos 1960. A noção de identidade associada aos novos movimentos sociais também é encontrada entre muitos grupos no início do século XIX.

9 Entre os principais detentores dessa corrente, destacam-se Tarrow, Tilly, McAdam, Gamson, Craig, Jenkins, Piven e Cloward.

tidos políticos para utilizar os canais institucionais na busca de seus objetivos. Efetivamente, às vezes, a relação entre movimento social e partidos políticos se produz devido ao reconhecimento por parte dos primeiros da necessidade de um aliado que lhes permita obter maior apoio institucional em troca de apoio eleitoral de seus agremiados. Estamos, nesse caso, em presença de um apoio recíproco de tipo instrumental. Também pode ocorrer de os movimentos sociais tentarem “infiltrar” os partidos políticos para que eles se inclinem na defesa da sua causa. A esse fenômeno alguns especialistas dão o nome de “relação de permeabilidade” (HANAGAN, 1998).

Como já apontamos, outro fator a ser considerado nas análises refere-se à independência ou autonomia dos movimentos sociais em relação aos partidos políticos. Em certos casos, as organizações sociais procuram obter maior autonomia dos partidos e realizam pressões sobre esses aparatos com o fim de lograr seus objetivos, e cujo sucesso depende preferencialmente da força que tenham tais organizações para ameaçar as intenções de poder dos partidos em função de uma baixa do seu eleitorado potencial. E, finalmente, em certas ocasiões, o movimento social possui uma vontade de superar a estratégia de contestação e optar ele mesmo pela via eleitoral e a participação política parlamentar com a finalidade de construir um projeto próprio, sofrendo inclusive uma metamorfose “partidária”¹⁰.

Do mesmo modo, é importante salientar que esse vínculo entre partidos e movimentos sociais possui um fator eminentemente conflituoso, na medida em que as formas de participação política dos últimos são, em sua essência, contra o *status quo* e as práticas tradicionais de representação política. Precisamente, esses movimentos adquiriram maior força desde a chamada “crise da política” que afeta diretamente a legitimidade e a credibilidade das instituições democráticas, especialmente os partidos políticos. Acontece que, frente à desconfiança em torno das agremiações políticas, os movimentos sociais se converteram em importantes canais de expressão das demandas e aspirações da cidadania. É aquilo que Ulrich Beck (1998) chama de espaço da subpolítica. O conceito de subpolítica cunhado pelo sociólogo alemão supõe a construção de um espaço de demanda para a formulação de políticas públicas que utiliza mecanismos afastados da intermediação tradicional do sistema político, especialmente os partidos políticos.

10 Esse resulta ser, por exemplo, o caso do Movimiento al Socialismo (MAS) de Bolívia. Originalmente, a luta dos cocaleros da região de Chapare (Cochabamba), que girava em torno de demandas setoriais dos plantadores/coletores de folhas de coca (Federación del Trópico de Cochabamba), experimentou uma virada quando decidiu fundar, juntamente com outras organizações camponesas e sindicais, um “instrumento político para a luta dos povos”. Assim surgiu o MAS, que se transformou em um amplo movimento nacional com a intenção de participar nas eleições parlamentares. Dessa maneira, em 1997 ele conseguiu eleger quatro deputados, entre eles Evo Morales, que em 2002 foi candidato a presidente (ficando em segundo lugar) e, logo após, nas eleições de dezembro de 2005, finalmente foi eleito presidente da República. Atualmente, Morales se encontra no mandato ampliado, depois de ser ratificado no cargo ao vencer com 67,1% dos votos válidos o referendo revogatório de agosto de 2008.

Por isso, muitas vezes as expressões desinstitucionalizadas de ação se transformam em apelos contra os partidos políticos e assumem eventualmente uma postura antipolítica e antipartidos¹¹. Essa perspectiva de ruptura e/ou isolamento com as instituições políticas também tem sido pensada no caso daquelas decisões correspondentes ao âmbito do não político, mas que por sua imbricação com o social produzem importantes repercussões na sociedade. No entanto, além do discurso, sabemos que o agir dos movimentos é fundamentalmente de caráter político, com intenção de influenciar em decisões próprias desse âmbito, ou seja, tanto no espaço da arena política (*politics*) quanto no campo das políticas públicas (*policies*)¹². Dessa forma, as mobilizações e os protestos não representam um mero descontentamento social, mas adquirem uma feição política transformada em ação coletiva integrada e geradora de novas identidades¹³.

A perspectiva agonista do conflito social

Há alguns anos, o Estado chileno tem se dedicado a criminalizar os protestos, com a finalidade de dissuadir, conter ou reprimir o movimento social. O argumento usado para justificar essa posição tem sido o de que as mobilizações de determinados grupos e setores poderiam pôr em risco a governabilidade democrática do país, conquistada com grande esforço depois do ciclo autoritário. Assim, as manifestações são tratadas como um tema policial e de segurança pública, o que permitiria legitimar o uso da força e a aplicação de leis repressivas. Esse modelo explicativo – e suas consequentes ações – tem sido utilizado especialmente no caso do povo Mapuche, em que tanto a dirigentes quanto a membros dessa etnia foi aplicada, em repetidas oportunidades, a Lei Antiterrorista, promulgada em tempos do regime militar e objeto de profundos questionamentos por parte dos organismos de direitos humanos nacionais e internacionais¹⁴.

A criminalização dos protestos também assume outras modalidades, supondo a desqualificação, a invisibilidade ou a negação como interlocutor válido do movimento ou grupo reivindicador de algum tipo de direito. Esse tem sido o caso específico dos estudantes secundaristas e dos devedores de hipotecas, cujas mobilizações foram inicialmente ignoradas pelo governo, catalogadas como um ato simples de vandalis-

11 Nas recentes mobilizações que tomaram as ruas das principais cidades do Brasil, uma parte (ainda que pequena) dos manifestantes se mostrava completamente intolerante com a presença dos partidos políticos nas manifestações, inclusive agredindo aqueles que portavam alguma bandeira ou estandarte partidário.

12 Por esse motivo, poderíamos denominá-los como “movimentos sociopolíticos”.

13 Ainda que tanto os partidos políticos quanto os grupos de interesse persigam fins políticos, a diferença entre eles é que, diferentemente do que sucede com os movimentos sociais, os grupos de pressão não dependem preponderantemente da participação direta de todos os membros para alcançar seus objetivos (KRIESI, 1996).

14 Em um relatório realizado após a greve de fome mantida por 34 presos políticos Mapuche, o relator especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, James Anaya, advertia que era fundamental o Estado chileno reformular a Lei Antiterrorista, adotando definições claras sobre os tipos penais de delitos terroristas ajustados às normas internacionais, e ratificasse que as reformas dessas leis se ajustassem aos padrões internacionais de direitos humanos, particularmente com relação ao devido processo (ANAYA, 2010).

mo, até que o crescimento e as adesões suscitadas pelos protestos de ambos os atores tornaram completamente inviável seu desconhecimento ou encobrimento por parte das autoridades¹⁵. Em todos os casos, o que se procura é a subordinação dos movimentos sociais à ordem do Estado, que se transforma na encarnação do bem comum e da paz social.

Assim, a pretensão dos governos de alcançar um consenso irrestrito em prol de um opaco objetivo comum, como o “bem” nacional, somente oculta a natureza de confronto da vida social, que representa uma parte irrenunciável da própria política democrática. Nesse sentido, compartilhamos da perspectiva “agonista”¹⁶ sustentada por Chantal Mouffe quando manifesta que conceber o objetivo da política democrática em termos de consenso e reconciliação não apenas é conceitualmente errado, mas também implica sérios riscos políticos.

Do mesmo modo, postulamos que a difusão e a incorporação de uma perspectiva que adjudique ao conflito um papel central na sociedade e dele reconheça a função positiva no devir social não caracteriza uma renúncia ao entendimento e ao acordo. Em vez disso, ela concebe a dimensão conflituosa como um fator a permitir a nossos países e comunidades compreender o verdadeiro desafio de nossas sociedades. Por isso, é preciso começar por reconhecer a natureza conflituosa de nossas sociedades e aceitar que o papel a ser desempenhado pela ação política não consiste somente em superar essa confrontação por meio de um consenso *apriorístico*, mas, sobretudo, por considerar o confronto como parte indivisível da própria política democrática. Como adverte a autora,

15 O caso dos estudantes secundaristas foi abordado especificamente em *De la Cuadra* (2008).

16 O conceito de agonista significa, na concepção da autora, que o conflito não supõe necessariamente a existência de posturas antagônicas e irreconciliáveis, pois ainda que se reconheça a legitimidade da controvérsia, o “outro” é visto como um adversário e não como um inimigo que se tem que derrotar a qualquer custo. Daí surge o dualismo antagonismo/agonismo que pretende superar aquela concepção do conflito remetente inevitavelmente à eliminação do outro.

A teoria democrática foi influenciada durante muito tempo pela ideia de que a bondade interior e a inocência original dos seres humanos era uma condição necessária para assegurar a viabilidade da democracia. A aspiração de um mundo no qual se tenha superado a discriminação nós/eles baseia-se em supostos falsos, e aqueles que compartilham essa visão estão destinados a perder de vista a verdadeira tarefa que enfrenta a política democrática, isto é, elaborar um projeto que reconheça a existência do caráter ambivalente da sociabilidade humana e o fato de que reciprocidade e hostilidade, consenso e conflito não podem ser dissociados (MOUFFE, 2007, p. 13).

Dessa forma, como parâmetro conceitual e referente histórico, tanto Mouffe como outros teóricos do conflito são herdeiros daquela corrente das ciências sociais iniciada por Georg Simmel, definidora do conflito não mais como um agente desagregador, mas, pelo diferentemente, concebe-o como fator agregador, inerente e parte indissolúvel das relações sociais, e que na maioria das vezes contribui para o estabelecimento e consolidação dessas mesmas relações. Tal como foi destacado por Simmel, o conflito constitui um elemento inerente às relações sociais e à própria socialização na medida em que permite criar uma unidade por meio da interação entre os oponentes em sua condição de alteridade. Na relação entre indivíduo e sociedade, o conflito se apresenta porque esta última aspira a ser uma totalidade e uma unidade orgânica, e demanda que o indivíduo represente um papel e uma função determinada. Por sua vez, o indivíduo se revela contra a imposição desse papel: “ele quer ser pleno em si mesmo, e não somente ajudar a sociedade a se tornar plena” (SIMMEL, 2006, p. 84).

Quer dizer, o conflito possui um caráter socializador e agregador na medida em que estabelece um vínculo entre o indivíduo e a sociedade e também estimula as relações sociais entre os diversos oponentes, sejam indivíduos ou coletividades. Em seu devir, as partes desenvolvem regras de conduta e formas de expressão de suas divergências, em um marco que estabelece limites sociais ao uso da violência extrema, evitando, dessa maneira, que tal violência seja aplicada com a finalidade de destruir moral, psicológica ou fisicamente o adversário. Por isso, para Simmel, as manifestações extremas de violência não cumprem essa função de socialização do conflito, pois ele procura criar um conjunto de ordenamentos comuns visando à interatividade social e não ao aniquilamento dos opositos. A arena política é o espaço do conflito por antonomásia e, portanto, o desafio da autoridade é reconhecer o desacordo intrínseco na sociedade e garantir as diferenças e as possibilidades de que permanentemente se incorporem novas demandas na mesa de negociação.

A desmedida valoração da governabilidade

Recapitulando, pensamos que a crença de que é possível alcançar um consenso racional universal tem conduzido o pensamento democrático para um caminho errôneo, e se supõe que só o reconhecimento de que é plausível erradicar a dimensão conflitiva da vida social permitirá compreender o verdadeiro desafio enfrentado por nossas sociedades. Porém, pelo contrário, a evidência empírica recopilada por inúmeros estudos continua demonstrando que a emergência das lutas sociais, as disputas pela preponderância de determinados interesses, enfim e definitivamente, a existência dos conflitos faz parte do cotidiano e da própria dinâmica observada em todas as sociedades, sem distinção.

Essa forma equivocada de pensar a política democrática vem influenciando na ação dos governos, o que por sua vez impossibilita os atores políticos perceberem a importância das mobilizações e dos movimentos sociais na construção democrática. Isso se reflete no apelo permanente à conservação da governabilidade, em uma espécie de consagração ou sacralização da harmonia e a reconciliação entre os homens, desconhecendo o importante papel que pode desempenhar o conflito nas relações sociais e na dinâmica dos países.

O conceito de governabilidade é suficientemente amplo e difuso de maneira a permitir que seu uso adquira as mais diversas formas e aplicações. Em uma acepção, a expressão se refere à qualidade do desempenho governamental ao longo do tempo, seja de uma administração específica ou de várias sucessivas. Esse desempenho considera algumas dimensões que funcionam como pré-requisitos básicos para a necessária manutenção da ordem e da organização institucional de um Estado, a saber: oportunidade, efetividade, aceitação social, eficiência e eficácia. Em síntese, essa noção de governabilidade está associada à idoneidade que deve ter um governo para manter as condições de estabilidade institucional e da ordem social necessárias para o bom funcionamento do país.

Em uma versão amplamente difundida nos anos 1970, por outro lado, o conceito vincula-se à competência mostrada pelos sistemas políticos de conter as demandas da população e canalizar os conflitos de forma tal que o marco institucional não seja ultrapassado e, por conseguinte, colocando em risco a estabilidade do conjunto do sistema socioeconômico e político das

nações. Samuel Huntington (1968) formulou esse argumento de maneira mais convincente ao salientar que a estabilidade política de qualquer país rompe-se ao não existir uma institucionalidade capaz de suportar o nível crescente de reivindicações legitimadoras de novos atores sociais e políticos que se incorporariam de forma abrupta ao cenário nacional, gerando com isso um clima desestabilizador que acabaria por comprometer a institucionalidade democrática. Na visão desse autor, é preciso distinguir entre democracias “governáveis” e “ingovernáveis”, nas quais a resolução para o problema da governabilidade consistiria na limitação e restrição do próprio sistema político, na medida em que se controlam seus excessos por meio da contenção de demandas e pelo incremento significativo da autoridade estatal.

Estamos, portanto, ante uma formulação de cunho conservador, que sublinha o potencial desestabilizador das franquias e direitos democráticos, dado que tais prerrogativas, ao serem exercidas em plenitude, acarretariam uma erosão crescente da capacidade de governança, desencadeando, assim, um enfraquecimento das instituições democráticas. Nesses últimos anos, têm surgido inúmeras críticas a essa concepção e foram propostas outras definições nas quais se tenta desvincular a ideia de governabilidade de seu envoltório conservador, de viés antidemocrático. Uma definição genérica de governabilidade assinala que ela é uma “qualidade própria de uma comunidade política segundo a qual suas instituições de governo agem eficazmente dentro do seu espaço, de um modo considerado legítimo pela cidadania, permitindo assim o livre exercício da vontade política do poder executivo mediante a obediência cívica do povo” (ARBÓS e GINER, 1996, p. 13). Vemos que eficácia e legitimidade são as dimensões básicas incorporadas a essa definição. Se assumirmos esses elementos como relevantes, então cabe perguntar-se por quais mecanismos um governo pode assegurar sua eficácia e legitimidade perante os cidadãos.

Uma modalidade utilizada pelos governos para preencher esses requisitos é a que apela para uma combinação entre uma preocupação permanente com a manutenção da ordem e coesão social e uma boa gestão tecnocrática dos governos, supondo uma resolução prévia das demandas da cidadania. Ambas as dimensões estão entrelaçadas, na medida em que uma resposta satisfatória aos problemas da população evitaria a emergência de qualquer tipo de reivindicação capaz de ocasionar um inevitável enfrentamento com a autoridade.

Essa noção, em nosso entender, é construída sobre a ideia de que em uma democracia de consensos não pode haver espaço para o dissenso, especialmente quando este é sustentado por atores não legitimados como interlocutores válidos. Dessa forma, a apreensão experimentada pelos governos com relação à participação e à explosão das demandas populares pode ser interpretada como produto da excessiva preocupação das autoridades com a preservação da ordem e da estabilidade. A governabilidade surgida nesse caso possui preferencialmente um sentido resolutivo, quer dizer, ela se encontra mais atrelada a sublinhar o aspecto estéril, desnecessário ou irrelevante da participação ante um cenário no qual a administração governamental resolve as necessidades das pessoas por antecipação.

Diversamente da concepção conservadora, neste caso não há a intenção de limitar ou constranger a formalização de tais demandas, antes se enfatiza seu suposto caráter “impróprio”, em virtude da capacidade da autoridade para antecipar-se às necessidades dos cidadãos e, assim, oferecer as soluções mais rápidas e adequadas a cada situação particular, estimulando a população a deixar nas mãos dos quadros burocráticos a solução de seus problemas. Aqui, a principal preocupação dos governos parece orientar-se preferentemente para o fortalecimento da governabilidade, induzindo os movimentos sociais a manterem um baixo perfil na expressão de suas demandas ou em suas ações contestatórias. Para isso, a autoridade encontra-se munida de equipes de *experts*, de informação e de diagnósticos suficientes para conhecer em detalhe a realidade de cada setor e oferecer as saídas pertinentes em cada caso. No caso chileno, para o tratamento das políticas públicas, na maioria das vezes, tem predominado a visão tecnocrática definidora de um ator, o Estado, que responde racionalmente a sua própria agenda ou a demandas provenientes de diversos setores sociais, a partir da aplicação daquilo que se chama “expertise” (GARRETÓN *et alii*, 2011).

Desse modo, pareceria finalmente que a estratégia da inclusão democrática da população se restringiria a sua credencial de beneficiários dos programas sociais, em que a dimensão política dessa cidadania ficaria reduzida em seu apelo social e, por essa via, plenamente satisfeita. A participação democrática é então restringida à aceitação e legitimação da ordem vigente e de suas instituições democráticas formais, cujo funcionamento regular representa uma garantia para a sustentação do sistema social.

Essa perspectiva, também retroalimentada em uma visão mercantil e asséptica da “questão social”, se recusa a reconhecer a existência de um campo legítimo de disputas e conflitos que são parte constitutiva da ação política e, mais do que isso, da própria dinâmica social. Manifesta-se, em definitivo, uma espécie de governabilidade hipertrofiada (ou hipergovernabilidade) que acaba constituindo-se em uma verdadeira armadilha para os apóstolos da ordem institucional, instalando a paz social e a ausência da participação ativa da cidadania como pré-requisito básico para o bom funcionamento das instituições. Consequentemente, a abdicação do conflito como parte estruturante da sociedade e da política consagra a noção de que a chamada democracia dos consensos se sustenta sobre a passividade dos movimentos sociais e da participação.

No entanto, se o paradigma positivista e gerencial do Estado, incorporador das práticas de um melhor desempenho, pode ajudar a resolver os problemas sociais acumulados, pode ele transformar-se simultaneamente em um fator de legitimidade do conjunto do sistema político democrático de um país? Acreditamos que isso pode ser uma condição necessária, mas não é suficiente para adquirir tal legitimidade. Ela deve ser produto de um processo bastante mais abrangente de inclusão da cidadania no âmbito das deliberações e decisões sobre os assuntos do interesse público.

No Chile, os sucessivos governos democráticos sempre foram declaradamente fiéis partidários de um sistema pluralista e participativo, assentando seus respectivos projetos em alianças intersetoriais redutoras dos conflitos de forma tal que conseguiram dar continuidade tanto aos governos quanto a suas estratégias de desenvolvimento. Segundo o discurso oficial, a redução de conflitos mediante o acordo social foi fundamental como indicador de governabilidade e de diminuição do risco-país, condição necessária para a recepção de capitais estrangeiros, assim como do próprio investimento interno efetuado pelo empresariado nacional. Ao mesmo tempo que o governo estimulava a população para que participasse nas eleições, desqualificava as mobilizações e a expressão de opiniões coletivas dissidentes, aquelas percebidas como empecilhos para a “coesão social”. Isso, juntamente com a perda de legitimidade da classe política, implicou em elevados índices de abstenção eleitoral. No

entanto, a negação dos conflitos e a excessiva preocupação com a governabilidade não repercutiram diretamente na despolitização dos cidadãos, especialmente dos jovens, pois a vontade de participação política e social se expressaria por outras vias, como aconteceu com as grandes manifestações que explodiram em 2006 e continuam até hoje.

Por essas razões, consideramos extemporânea e vã certa pretensão das autoridades e de cientistas políticos de construir sociedades sustentadas em uma ordem social e com uma integração artificial amparada na gestão eficiente dos tecnocratas que tentam se antecipar e resolver as demandas dos cidadãos e nas quais, finalmente, a solução da problemática social passa pela administração eficiente dos recursos do Estado envolvendo a execução de ações concentradas procurando atingir em primeira instancia aqueles grupos com necessidades mais proeminentes.

Partindo desse cenário, resultam fundamentais as convergências entre os diversos partidos da esquerda, grupos e movimentos sociais como elemento central no posicionamento e a estratégia de luta dessas organizações, seja na defesa de seus direitos seja no esforço investido para constituírem-se como atores relevantes da arena política, do debate e da tomada de decisões sobre os assuntos públicos, de interesse coletivo, e sobre as políticas que afetam seu próprio destino.

À maneira de conclusão: os percursos dos movimentos sociais no Chile

Em linhas anteriores, apontávamos o fenômeno de que podemos pensar os movimentos sociais não somente como atores políticos que tentam superar as práticas tradicionais, mas que se aproveitam, preferencialmente, da estrutura de oportunidades políticas internas e também daquelas geradas para consolidar e avançar nos processos democráticos em escala regional e global. Justamente no caso chileno esse movimento alcançou uma notável força política, devido – como assinalado previamente – em grande parte à perda de confiança no sistema de partidos e, de forma particular, na figura do político profissional. Com efeito, as falências da velha democracia, que acabaram deixando mal-estar e descontentamento popu-

lar cada vez mais abrangentes e abrindo uma brecha para suas manifestações, também permitiram o renascimento do debate político juntamente com a emergência de novas lideranças¹⁷ no interior de diversas organizações sociais, abrindo perspectivas promissoras para avançar na conquista de maiores espaços de participação e deliberação cidadã.

Essa participação está assumindo diversas modalidades, corporificadas em uma constelação de movimentos sociais e cidadãos levantadores de demandas históricas, ainda que também coloquem novas exigências, a partir de uma ampla diversidade de identidades, mas com um propósito em comum: este conjunto de mobilizações que, em termos efetivos, se encontram indiscutivelmente interconectadas, reivindicam em essência os direitos postergados por muitos anos e que, a cada período, estouram como demonstrações do mal-estar e descontentamento popular cada vez mais abrangente¹⁸.

Apesar de compartilhar esse objetivo comum questionador dos cimentos teóricos sobre os quais se tem construído o modelo durante as últimas duas décadas, os diversos grupos, movimentos e partidos de esquerda também apresentam discrepâncias com relação a projetos de longo prazo e às estratégias concretas a serem elaboradas para alcançar tais horizontes. Se nos permitem retomar a classificação dicotômica antes exposta, diríamos que existem duas orientações globais por trás desses movimentos e que, grosso modo, conformam um duplo perfil. Por uma parte, se encontram aqueles setores que lutam para alterar as condições e cotas de participação na estrutura política e econômica. Representam os homens e mulheres, especialmente jovens, que buscam uma melhor inserção no sistema produtivo, uma oportunidade para obter uma educação de qualidade, um emprego digno. Para esses setores e partidos, a luta dá-se preferencialmente para impulsionar processos de democratização e maior capacidade deliberativa da cidadania nos assuntos que lhe competem. Nesse caso, a democracia se transforma em um fim em si mesmo, mais do que em uma etapa previa à construção de um modelo socialista.

De outra parte localizam-se os movimentos desejosos de uma mudança mais radical e profunda a partir da extinção das instituições convencionais, que lutam pela instauração de um socialismo supondo o ocaso do capitalismo. São

17 Sendo o caso mais emblemático o de Camila Vallejo, jovem estudante universitária e presidenta da Confederação de Estudantes do Chile (Confech), transformada em poucos meses na principal figura das mobilizações e interlocutora indiscutível perante as autoridades do governo. Uma compilação de seus escritos, discursos e entrevistas encontra-se em Vallejo (2012).

18 Na própria dinâmica dessas lutas, as redes sociais também têm desempenhado um papel relevante, como está acontecendo com as revoltas árabes e em alguns países da Europa, especialmente na Espanha, Grécia, Reino Unido e França.

organizações que não acreditam nos partidos nem no parlamento e procuram novas formas de fazer política, são críticas veementes do capitalismo, criam espaços de autogestão e de soberania popular, modelos alternativos de intercâmbio e reciprocidade de produtos, bens e serviços (por meio de trocas) com uma moeda própria substituindo a oficial etc. Seguindo a proposição formulada por István Mészáros (2001), esses grupos sustentam se requerer uma transformação estrutural para extinguir os efeitos deletérios do estilo de vida a nós imposta pelo capital.

Consideramos que na atualidade a maior parte das manifestações realizadas no Chile se orienta para a primeira dimensão, quer dizer, a fim de aumentar a participação cidadã no desenho, na formulação e na execução das políticas públicas de educação, saúde, habitação, política laboral, direitos humanos e previdência. Por isso, a relação entre movimentos sociais e partidos de esquerda também se encontra permeada pelas táticas e estratégias em elaboração a partir de diversos campos e referentes.

Nesse contexto, uma importante iniciativa está sendo levantada por diversos movimentos¹⁹ e entidades partidárias com o propósito de aglutinar uma variedade de demandas e construir uma alternativa ao modelo desigual vigente no país. Esse movimento também postula a convocação de uma Assembleia Constituinte que elabore uma nova Carta fundamental, consagrando a identidade multicultural e plurinacional do Chile, permitindo o protagonismo dos habitantes dos distintos territórios regionais, locais e culturais, assim como o direito das pessoas à autodeterminação de seus projetos de vida e à iniciativa popular (como instâncias plebiscitárias) para a discussão e promulgação das leis da República.

Qual é o futuro dos movimentos sociais no Chile? Se na sua origem esses movimentos expressavam demandas setoriais concretas, depois de iniciadas as mobilizações tais “petitórios” específicos foram se transformando em uma plataforma articulada de reivindicações mais amplas que, apesar de sua diversidade, converge para uma crítica veemente à forma como se está aplicando o modelo econômico, social e ambiental atualmente imperante. Mas também salientávamos que as vias e os horizontes desses protestos possuem diversas alternativas e, em consequência, seus re-

19 Entre eles se destacam as organizações estudiantis, de servidores públicos, étnicas, de gênero, de direitos humanos, ecologistas, GLS etc.

sultados também podem ser dessemelhantes. Pelo tipo de projeto que procura uma maior e melhor inserção na matriz socioeconômica e política existente, através da aplicação de mudanças no interior do sistema, parece que aqueles grupos que compartilham um perfil mais reformista poderão obter maiores conquistas no curto ou médio prazos. A força dessa via reside no fato de ela possuir uma orientação menos profunda e mais restrita a problemas pontuais do que uma orientação transformadora de longo prazo. Nesse caso, as demandas buscam tornar mais democrático o sistema político, além de permitir que interesses caros à maioria da população sejam incorporados na agenda governamental. O risco, no entanto, consiste em esse conjunto de reivindicações ser facilmente manipulado ou cooptado tanto pelo Executivo quanto pelos partidos desejosos de manter o *status quo*, neutralizando e postergando a agenda de mudanças proposta pelos movimentos e organizações sociais.

Ainda que o destino e o sucesso das diversas estratégias sejam incertos e os desdobramentos das mobilizações sejam difíceis de prever no curto prazo, tudo indica que, por não existir uma resposta global ao conjunto de problemas apontados anteriormente, esses protestos e mobilizações continuam por um longo período, em um processo não linear de avanços e retrocessos, de negociações e de rupturas, de conquistas e derrotas, de cooptação e de resistência. O que está claro é que a sociedade chilena encontra-se retomando suas lutas históricas, o que, por sua vez, vai cimentando uma nova subjetividade ao calor das manifestações. Com os conflitos emergindo permanentemente ao plano do “visível” e tangível, a democracia torna-se mais saudável e revigorada, pois acreditamos que, geralmente, o excesso de consenso pode ocultar o medo e a apatia, sentimentos imensamente perniciosos quando se concentram sobre uma comunidade aspirante a construir um futuro mais justo e fraterno.

Referências

- ANAYA, James. (2010), Informe de seguimiento sobre la situación de los derechos humanos de los pueblos indígenas en Chile. Ginebra, ONU.
- ARBÓS, Xavier [e] GINER, Salvador. (1996), La gobernabilidad: Ciudadanía y democracia en la encrucijada mundial. Madrid, Siglo Veintiuno.
- BECK, Ulrich. (1998), La invención de lo político. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- DE LA CUADRA, Fernando. (2002), “Génesis, actores y perspectivas del conflicto Mapuche: Un breve balance”. *Persona y Sociedad*, Vol. 16, nº 1, pp. 57-68.
- _____. (2007), “Conflicto social, democracia y participación en Chile: Un análisis de la ‘revolución de los pingüinos’”. *Cuadernos de Realidades Sociales*, Vol. 35, nº 69-70, pp. 239-267.
- _____. (2008), “Conflicto social e movimiento estudiantil no Chile”. *Estudios Históricos*, Vol. 21, nº 42, pp. 173-194.
- _____. (2010), “La criminalización del conflicto Mapuche”. *Servindi*. Disponible (on-line) em: <http://servindi.org/actualidad/30860>
- GARRETÓN, Manuel Antonio; CRUZ, María Angélica; AGUIRRE, Félix; BRO, Naim; FARÍAS, Elías; FERRETI, Pierina [e] RAMOS, Tamara. (2011), “Movimiento social, nuevas formas de hacer política y enclaves autoritarios: Los debates del Consejo Asesor para la Educación en el gobierno de Michelle Bachelet en Chile”. *Polis: Revista Latinoamericana*, nº 30, pp. 83-102.
- HANAGAN, Michael. (1998), “Social Movements, Incorporation, Disengagement and Opportunities: A Long View”. Em: GIUGNI, Marco; McADAM, Doug [e] TILLY, Charles (orgs). *From Contention to Democracy*. Lanham (EUA), Rowman & Littlefield.

- HUNTINGTON, Samuel P. (1968), *Political Order in Changing Societies*. New Haven (EUA), Yale University Press.
- KRIESI, Hanspeter. (1996), "The Organizational Structure in New Social Movements in a Political Context". Em: McADAM, Doug; McCARTHY, John [e] ZALD, Mayer N. (orgs). *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures and Cultural Framings*. Nova York, Cambridge University Press.
- LARRAIN, Guillermo. (2012), "El paradójico caso del gobierno Piñera". *Empresas & Poder*, nº 34.
- MAYOL, Alberto [e] AZÓCAR, Carla. (2011), "Politización del malestar, movilización social y transformación ideológica: El caso de "Chile 2011"". *Polis: Revista Latinoamericana*, nº 30, pp. 163-184.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney [e] TILLY, Charles. (2009), "Para mapear o confronto político". *Lua Nova*, nº 76, pp. 11-48.
- MÉSZÁROS, István. (2011), *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo.
- MIRA, Andrea. (2011), "Crisis de representatividad y estallido social". *Polis: Revista Latinoamericana*, nº 30, pp. 185-197.
- MOUFFE, Chantal. (2007), *Entorno a lo político*. México, Fondo de Cultura Económica.
- PETRAS, James [e] VELTMEYER, Henry. (2005), *Social Movements and State Power: Argentina, Brazil, Bolivia, Ecuador*. Londres, Pluto.
- ROJAS, Sergio. (2008), "Estética del malestar y expresión ciudadana. Hacia una cultura crítica". Em: RAMPAPHORN, Nancy (org). *Ciudadanía, participación y cultura*. Santiago, LOM.
- SALAZAR, Gabriel. (2011), "Perspectivas históricas del movimiento social ciudadano". *The Clinic*, nº 404, p. 21.

- SIMMEL, Georg. (2006), *Questões fundamentais da sociologia: Indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SOMUANO, Maria Fernanda. (2007), “Movimientos sociales y partidos políticos en América Latina: Una relación cambiante y compleja”. *Política y Cultura*, nº 27, pp. 31-53.
- SQUELLA, Agustín. (23/04/2011), “Chile: O custo da falta de espírito público”. *O Globo*.
- TARROW, Sidney. (2009), *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Vozes.
- TILLY, Charles [e] TARROW, Sidney. (2007), *Contentious Politics*. Londres, Paradigm.
- TIRONI, Eugenio. (2011), *¿Por qué no me quieren? Del Piñera Way a la rebelión de los estudiantes*. Santiago, Uqbar.
- TOURAINÉ, Alain. (1974), *Pour la sociologie*. Paris, Seuil.
- _____. (2011), *Após a crise: A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais*. Petrópolis, Vozes.
- VALLEJO, Camila. (2012), *Podemos cambiar el mundo*. Santiago, Ocean Sur.

RESUMEN: Este artículo reflexiona sobre las diversas expresiones adquiridas por los conflictos sociales y la violencia política en el Chile democrático durante los sucesivos gobiernos de la Concertación de Partidos por la Democracia, así como durante la actual administración del pacto de centro-derecha, liderado por el presidente Sebastián Piñera. Los problemas sociales y la desigualdad en la distribución del ingreso han estimulado las protestas y movilizaciones de diferentes sectores y organizaciones sociales, laborales, ambientalistas y de los pueblos originarios, profundizando los antagonismos y la violencia política entre esos actores y los gobiernos. Tales conflictos reflejan la relación contradictoria entre la sociedad civil y el Estado chileno.

Palabras clave: conflictos sociales, movimientos sociales, partidos políticos, democracia, gobernabilidad

FERNANDO DE LA CUADRA (fmdelacuadra@gmail.com) é pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) e da Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina (Rupal) e participa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso). Tem doutorado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).